



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Aquisição de 2 (dois) veículos do tipo camioneta SUV (Veículo Utilitário Esportivo), de representação.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Redução dos custos operacionais, de manutenção e, ainda, promover maior segurança aos usuários dos veículos de representação, considerando que os atuais veículos já possuem quase 5 anos de uso e aproximadamente 100.000 quilômetros rodados cada um.

2.2. Objetivos e Benefícios

A renovação dos veículos da frota do TRESA visa a redução dos custos operacionais e de manutenção, bem como oferecer melhores condições na realização dos serviços e na preservação da segurança dos usuários.

2.3. Alinhamento Estratégico

OEPI2

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Os Estudos Preliminares foram juntados ao PAE n. 4.629/2023.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Aquisição de 2 (dois) veículos do tipo camioneta SUV (Veículo Utilitário Esportivo), de representação.

2.6. Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.8. Caracterização e Composição do Objeto

Aquisição de 2 (dois) veículos do tipo camioneta SUV (Veículo Utilitário Esportivo), de representação, conforme as características mínimas descritas a seguir:

- Veículo automotor do tipo camioneta SUV de fabricação nacional ou importado.
- Com 4 (quatro) portas laterais para acesso do motorista e dos passageiros.
- Zero quilômetro, com ano de fabricação igual ou posterior à data do pedido de fornecimento e com modelo cuja versão seja a mais atualizada.
- Alimentação: injeção eletrônica de combustível.
- Combustível: flex (gasolina/etanol).
- Potência mínima de 150cv (gasolina) e 150cv (etanol).
- Torque mínimo: 21 kgfm;
- Transmissão automática.
- 5 lugares/assentos (1 motorista e 4 passageiros).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Cor preta.
- Garantia mínima de 3 anos.
- Direção hidráulica ou eletroassistida.
- Ar condicionado.
- Aquecimento interno de ambiente.
- Capacidade de carga (carga útil) no mínimo de 400kg.
- Capacidade do depósito de combustível no mínimo 47 litros.
- Volume do porta-malas no mínimo 400 litros.
- Freios: discos ventilados (dianteiros) e discos sólidos (traseiros), com “ABS”.
- Apoios de cabeça dianteiros e traseiros.
- Cintos de segurança retráteis de três pontos de fixação.
- Airbags frontais para motorista e passageiro.
- Airbags laterais para motorista e passageiros.
- Travamento automático das portas, por meio de acionamento remoto.
- Sistema de alarme antifurto.
- Vidros elétricos nas quatro portas.
- Filme de controle solar nos vidros de acordo com as normas vigentes.
- Limpador, lavador e desembaçador do vidro traseiro.
- Jogo de tapetes para proteção do piso, em todas as fileiras de bancos.
- Protetor de cárter para o motor.
- Garantia do fabricante: mínima de 3 (três) anos.
- Além dos itens acima descritos, deve apresentar todos os itens de segurança exigidos por Lei.

2.9. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.10. Parcelamento e Adjudicação

O objeto é único, por se tratar de dois veículos do mesmo tipo/modelo, não havendo possibilidade de parcelamento do objeto.

2.11. Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em fornecer o produto, nas condições estipulada pelo contratante.

O Tribunal utilizará critérios com o objetivo de adquirir a proposta mais vantajosa, respeitando o princípio da isonomia entre os licitantes.

2.11.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

- a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.11.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.12. Modalidade e Tipo de Licitação

Sugere-se, a licitação na modalidade “Pregão”, na forma eletrônica, tipo “Menor Preço”.

2.13. Impacto Ambiental

Dispor de dispositivo destinado ao controle de emissão de gases poluentes e de ruído, segundo normas estabelecidas pelo CONTRAN.

2.14. Conformidade Técnica

Estar de acordo com as Resoluções n. 380 e 964, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e de todos os equipamentos de segurança exigidos no CNT – Código Nacional de Trânsito.

2.15. Obrigações da Proponente

Não se aplica a esta contratação.

2.16. Obrigações da Contratante

- a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Projeto Básico/Termo de Referência; e
- b) promover, através de seu representante, o servidor titular da Seção de Segurança e Transporte do TRES, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização da execução do objeto, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

2.17. Obrigações da Contratada

2.17.1. executar o objeto proposto nas condições estipuladas na proposta e neste Projeto Básico/Termo de Referência;

2.17.2. entregar os veículos em, no prazo máximo, de 90 (noventa) dias, contados do recebimento, pela Contratada, da Nota de Empenho emitida pelo TRES;

2.17.2.1. a entrega deverá ser agendada com a Seção de Segurança e Transporte do TRES, por meio do telefone (48) 3251 3819, no horário das 13h às 18h, ou por e-mail para o endereço eletrônico cis-sst@tres.jus.br;

2.17.3. entregar os veículos, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta. Após recebidos, os veículos serão conferidos pelo setor competente, que atestará a regularidade dos mesmos. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-los, no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

2.17.3.1. estando em mora a Contratada, o prazo para substituição de que trata o subitem 2.17.3 não interromperá a multa por atraso prevista no Plano de Fiscalização anexo ao presente Projeto Básico;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.17.3.2. em caso de substituição de produtos, correrão à conta da Contratada as despesas decorrentes da devolução e nova entrega;

2.17.4. prestar garantia (do fabricante) de, pelo menos, 3 (três) anos, a partir do recebimento definitivo dos veículos;

2.17.5. entregar os veículos devidamente emplacados e licenciados em nome do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro;

2.17.5.1. quando do emplacamento, informar de imediato à Seção de Segurança e Transportes do TRESP, o número das placas, RENAVAM e chassi dos veículos;

2.17.6. garantir que todos os componentes (itens de série e opcionais) dos veículos sejam novos, sem uso, bem como estejam em linha de produção anual do fabricante;

2.17.7. fornecer os veículos com todos os itens obrigatórios internos e externos, de acordo com as normas vigentes;

2.17.8. dispor de assistência técnica, a qual deverá ser prestada nas concessionárias autorizadas pelo fabricante, devendo pelo menos uma estar estabelecida na Grande Florianópolis;

2.17.8.1. os serviços de assistência técnica ao veículo adquirido deverão ser prestados por profissionais especializados, pelo período da garantia, contados do recebimento definitivo dos veículos;

2.17.9. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESP; e

2.17.10. manter, durante a execução da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

2.18. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Os requisitos técnicos e especificações do objeto deste Projeto Básico estão descritos no item 2.8. "Caracterização e Composição do Objeto".

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Jeep Compass
Volkswagen Taos
Toyota Corolla Cross

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

3.1.2. Códigos SIASG

486536

3.1.3. Vigência

A contratação terá vigência a partir do recebimento pela contratada da Nota de Empenho emitida pela contratante até o recebimento definitivo do objeto contratado.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 24 de fevereiro de 2023.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

A Equipe de Gestão da Contratação será composta por:

Integrantes	Nome	Unidade
Gestor da Contratação	Moosele Josué Meira	Chefe da Seção de Segurança e Transportes
Substituto	Kelly Rosana Yassuda	Assistente na Seção de Apoio Administrativo
Fiscal Demandante	Gilson Carlos da Silveira Veríssimo Bastos	Coordenador de Infraestrutura e Serviços
Substituto	Cesar Augusto Rodrigues de Araújo	Chefe da Seção de Manutenção Predial
Fiscal Técnico	Moosele Josué Meira	Chefe da Seção de Segurança e Transportes
Substituto	Kelly Rosana Yassuda	Assistente na Seção de Apoio Administrativo
Fiscal Administrativo	Robson Luiz Soares da Conceição	Chefe da Seção de Almoxarifado e Patrimônio
Substituto	Eduardo Luis Fávero Arend	Seção de Almoxarifado e Patrimônio

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

1.1.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução da contratação consistem na verificação, pelo contratante, da conformidade da execução do objeto contratado, de forma a assegurar o perfeito cumprimento pelo licitante vencedor, e serão exercidos por meio do Gestor da Contratação, qual seja, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Segurança e Transportes, ou seu substituto, ou seu superior imediato.

1.1.2. O acompanhamento de que trata o subitem 1.1.1 não exime a contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois da execução do objeto deste projeto básico.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

a) Os veículos deverão ser entregues em, no máximo, 90 (noventa) dias, contados do recebimento, pela contratada, da Nota de Empenho emitida pelo TRES.

b) A entrega deverá ser agendada com a Seção de Segurança e Transportes do TRES, por meio do telefone (48) 3251-3819, no horário das 13h às 18h, ou por e-mail pelo endereço eletrônico cis-sst@tre-sc.jus.br.

c) Os veículos deverão ser entregues na Sede do TRES, situada à Rua Esteves Junior, 68, Centro, Florianópolis/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

1.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada mediante Nota de Empenho.

1.4. Prazos de Garantia

Os veículos deverão contar com garantia do fabricante pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, a partir do recebimento definitivo.

1.5. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento do Contrato será efetuado pela Equipe designada no item 1 deste Anexo I.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

A empresa deverá apresentar a nota fiscal dos veículos, a qual será conferida e atestada pelo setor competente.

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa-

1.7. Pagamento

O pagamento será feito em favor da empresa contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais-

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 1.11.2.1.4.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “c” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.7.2. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3 exaure-se a esfera administrativa.